

TERCEIRA EDIÇÃO

Hugo de Brito
Machado Segundo

DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O que os Algoritmos têm a Ensinar sobre
Interpretação, Valores e Justiça

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S456d Segundo, Hugo de Brito Machado

Direito e inteligência artificial: o que os algoritmos têm a ensinar sobre interpretação, valores e justiça / Hugo de Brito Machado Segundo. - 3. ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2026.

152 p. ; 16cm x 23cm.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 978-65-6120-939-7

1. Direito. 2. Inteligência Artificial. I. Título.

2026-595

CDD 340

CDU 34

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito 340

2. Direito 34

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	IX
NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO.....	XIII
NOTA À TERCEIRA EDIÇÃO.....	XV
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 O que é inteligência artificial?.....	3
1.2 O que são “algoritmos”?.....	6
1.3 O que se entende por Big Data?.....	8
1.4 Implicações para o Direito de curto, médio e longo prazo.....	10
2. NO CURTO PRAZO.....	13
2.1 Vieses e o mito da neutralidade.....	16
2.2 Devido processo legal e a IA.....	23
2.3 Finalidade do Direito e IA.....	31
2.4 Julgamentos feitos por algoritmos: como identificar os casos fáceis?.....	34
2.5 O Chat-GPT e os <i>large language models</i>	45
2.5.1 LLMS como extensão e não como substituição.....	48
2.5.2 LLMS no judiciário e o problema do “prompt injection”.....	50
2.6 Inteligência artificial, decisão, verdade e poder.....	51
3. NO MÉDIO PRAZO.....	53
3.1 Epistemologia e IA: o que é conhecer e o que as máquinas têm a ensinar?.....	55
3.1.1 Falibilidade do conhecimento e IA.....	57
3.1.2 IA e o “problema da indução”.....	61
3.1.3 Conhecimento, aprendizagem e valores.....	68

3.2 Neurociência e IA: para replicar, é preciso conhecer o que será replicado	74
3.2.1 Origem de sentimentos morais e a sua relevância para o processo decisório	76
3.3 Teoria do Direito e IA: agentes inteligentes que devem “play by the rules”?.....	79
3.3.1 Identificação do suporte fático de normas e compreensão do sentido destas	80
3.3.2 Plenitude do ordenamento e a questão das lacunas	90
3.3.3 <i>Distinguishing, overruling</i> e raciocínio indutivo	92
3.4 Agentes inteligentes como objeto da aplicação do Direito	95
3.4.1 Carros autônomos (ou semiautônomos) e o “trolley dilemma” revisitado.....	95
3.4.2 Tributação da IA.....	101
3.4.3 Responsabilidade civil e IA.....	105
3.4.4 IA e Direitos Autorais	106
4. NO LONGO PRAZO	109
4.1 IA e dignidade: sujeitos de Direitos?.....	111
4.2 IA e os destinos da humanidade.....	117
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS	123
ÍNDICE REMISSIVO	129